

Programas de Pós-Graduação em Direito e em Antropologia Social (UnB)

Disciplinas Ofertadas por cada Programa:

Direito - Tópicos Especiais 1 (código 384798) & Tópicos Especiais 2 (código 384810)

Antropologia - Tópicos Especiais em Antropologia das Soc. Complexas (código 335274)

Tema: ***Pesquisa Etnográfica, Direitos e Práticas Judiciárias***

Professores Luís R. Cardoso de Oliveira e Regina Lúcia Teixeira Mendes

2º/2011 Horário: Sextas-Feiras das 08:15 as 12:00hs - Local: Sala de reuniões do DAN

PROGRAMA

O principal objetivo do curso é discutir e exercitar a pesquisa etnográfica no âmbito do Direito, tendo como foco práticas judiciais e processos de administração de conflitos, à luz do diálogo entre o discurso doutrinário do Direito e a perspectiva etnográfica da Antropologia. Além das leituras programadas, os alunos farão um exercício etnográfico que deverá ser a base do trabalho final para a disciplina.

APRESENTAÇÃO DO CURSO (ANTROPOLOGIA E DIREITO EM PERSPECTIVA)

1) CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2011) “A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos”. *Revista de Antropologia* volume 53(2) 451-473.

http://www.proppi.uff.br/ineac/sites/default/files/artigo_luis_r_cardoso_de_oliveira.pdf

PESQUISA EMPÍRICA E ATITUDE ETNOGRÁFICA

2) MALINOWSKI, BRONISLAW (1922) “Introdução”, em *Argonautas do Pacífico Ocidental*.

BATISTA, Bárbara Gomes Lupetti

2008 *Os Rituais Judiciários e o Princípio da Oralidade: Construção da Verdade no Processo Civil Brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. (capítulo 1).

3) FOOTE-WHITE, William. “Treinando a observação participante”. In Alba Zaluar, org. (1980). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., pp 77-86

CICOUREL, Aaron. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In Alba Zaluar, org.(1980), idem, pp 87-121.

TEIXEIRA MENDES, Regina Lúcia (2008) *Dilemas da Decisão Judicial. As representações de Juízes Brasileiros Sobre o Princípio do Livre Convencimento do Juiz e Outros Princípios Correlatos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho [Introdução & 1º Capítulo].

4) OLIVEIRA, Luciano. **Não fale do Código de Hamurábi!** A pesquisa sóciojurídica na pós-graduação em direito. in Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2008) "O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas". *Anuário Antropológico/2006*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 9-30.

<https://docs.google.com/leaf?id=0B3sp0F9YZtbFZDBjODBjMmMtOGJhMi00YzU3LWlxMzMtM2VjNDJhYTZkYWVk&hl=en>

ABORDAGENS ANTROPOLÓGICAS AO DIREITO

5) GEERTZ, Clifford (1998) "O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa", in *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 249-356.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (1992) "Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica", *Anuário Antropológico/89*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 23-45.

6) AMORIM, Maria Stella de; KANT DE LIMA, Roberto; MENDES, Regina Lúcia Teixeira (Org.) Ensaios sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, Introdução.

KANT DE LIMA, Roberto. "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". *Anuário Antropológico*, 2009 - 2, 2010: 25-51

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2004) "Honra, dignidade e reciprocidade", em Martins, P. H. & Nunes, B. F (orgs.) *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

(www.unb.br/ics/dan/Serie344empdf.pdf)

ou (www.scielo.org.ar/pdf/cas/n20/n20a03.pdf).

CIDADANIA E DIREITOS

7) MARSHALL, T.H. **Cidadania e classe social** . In: _____. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,1967. 220p. Cap. 3

DAMATTA, Roberto – **Você sabe com quem está falando?** In Carnavais, malandros e Heróis. RJ, Zahar, 1979.

MENDES, Regina Lúcia. **Brasileiros: nacionais ou cidadãos?** – estudo acerca dos

direitos de cidadania no Brasil numa perspectiva comparada, in *Cadernos de Direitos Humanos 1, Direitos negados – questões para uma política de direitos humanos*, Rio de Janeiro: Centro de documentação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Booklink, 2004: 94-121.

8) CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2010) Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa) in Kant de Lima, ROBERTO et al e outros. *Conflitos, Direitos e Moralidades em perspectiva comparada*. Vol. 1. Rio de Janeiro. Garamond Universitária.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2011) “Concepções de Igualdade e Cidadania”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 1, p. 35-48. ISSN 2236-532X.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira . **Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil**. In Maria Stella de Amorim,; Roberto Kant de Lima; Regina Lúcia Teixeira Mendes, (Org.) **Ensaio sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ETNOGRAFIAS HÍBRIDAS (A DOCTRINA À LUZ DA PESQUISA EMPÍRICA)

9) FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. (2004) **O devido processo legal: um estudo comparado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

10) FIGUEIRA, Luiz Eduardo **Prova no tribunal do júri brasileiro: o império da moral nas decisões não fundamentadas** .In Revista Ciências Sociais, vol. 16 Rio de Janeiro, p.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo (2007) *O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

11) BAPTISTA, B. G. L. . A Oralidade Processual e a Construção da Verdade Jurídica. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 23, p. 131-160, 2008.

BATISTA, B. G. L. (2008) *Os Rituais Judiciários e o Princípio da Oralidade: Construção da Verdade no Processo Civil Brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

12) MENDES. Regina Lúcia Teixeira. (2008) *Dilemas da Decisão Judicial. As representações de Juizes Brasileiros Sobre o Princípio do Livre Convencimento do Juiz e Outros Princípios Correlatos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho.

EXERCÍCIOS ETNOGRÁFICOS (APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO)

Sessões 13,14 e 15.

AVALIAÇÃO:

- (a) Entre 70% e 90% da menção final corresponderá à nota no trabalho final, que deverá ser um exercício etnográfico realizado a partir da análise de um caso (lide, conflito) ou situação empírica. Uma versão preliminar do trabalho deverá ser apresentada em sala de aula no final do semestre.
- (b) Entre 10% e 30% da menção final corresponderá ao desempenho/presença dos alunos nos seminários. Para cada seminário ou sessão do curso os alunos deverão trazer um parágrafo redigido com uma questão, dúvida ou provocação ao texto programado;
- (c) Presença e pontualidade são requisitos para um bom desempenho na disciplina. Faltas justificáveis são apenas aquelas em que qualquer outro aluno na mesma situação, em princípio, também faltaria. Ou, aquelas combinadas previamente com o professor por razões acadêmicas. Faltas não justificáveis são inaceitáveis.